



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS**

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 043/GAPCO/2023

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
043/GAPCO/2023, QUE FAZEM ENTRE SI O
GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS E A
EMPRESA FAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS
E EQUIPAMENTOS LTDA.**

A União, por intermédio do Grupamento de Apoio de Canoas (GAP-CO), com sede na Av. Guilherme Schell, 3950 - Bairro Fátima, na cidade de Canoas/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.429/0183-10, neste ato representada pelo Sr. Ordenador de Despesas MARCOS PINHEIRO DE VASCONCELLOS Cel Int, nomeado no Boletim Interno do GAP-CO nº 35, de 21 de fevereiro de 2022, portador da cédula de identidade nº 460.809 COMAER, CPF nº 159.455.958-96, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), e o(a) FAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.219.009/0001-62, sediado(a) na Avenida Benjamin Constant, 746 – 2º andar sala 02 – Cruz Alta - RS, CEP 98.025-110, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) FABIO DE ANDRADE LINASSI portador(a) da Carteira de Identidade nº 9054875555, expedida pela (o) SSP-RS, e CPF nº 664.503.730-91, tendo em vista o que consta no Processo nº 67278.006361/2023-85 desmembrado do PAG original nº 67278.002708/2023-11 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 40/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição, por demanda, de gêneros alimentícios (Industrializados em Geral), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITENS	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	Abacaxi em calda, validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Embalagem com 400 g drenado.	UN	5000	R\$ 8,68	R\$ 43.400,00
4	Figo em calda a base de água e açúcar, validade de 2 anos, lata com 450 g.	UN	2000	R\$ 11,00	R\$ 22.000,00
12	Açúcar – açúcar refinado, apresentação sachê, 5 gr, caixa com 400 sachês.	UN	360	R\$ 17,99	R\$ 6.476,40
18	Água de coco natural pasteurizada, sem adição de açúcar, embalagem plástica ou Tetrapack. Embalagem 1 litro.	UN	500	R\$ 7,99	R\$ 3.995,00
19	Água mineral com gás, embalagem com 500 ml.	UN	6000	R\$ 0,94	R\$ 5.640,00
26	Alcaparras, em conserva. Embalagem com 200 g drenado. Ingredientes: alcaparras, salmoura (água e sal), vinagre e conservador benzoato de sódio.	UN	100	R\$ 8,95	R\$ 895,00
30	Alho em pasta sem sal, embalagem com 1 kg. Ingredientes: alho, acidulante ácido cítrico e conservadores sorbato de potássio e benzoato de sódio. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	300	R\$ 12,61	R\$ 3.783,00
31	Alho moído. Emb 500 g.	UN	500	R\$ 16,66	R\$ 8.330,00
32	Ameixa em calda com 400 g drenado, lata. Validade mínima de 12 meses na data de entrega.	UN	500	R\$ 12,19	R\$ 6.095,00
44	Atum sólido em óleo comestível, embalagem com 170 g. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UN	700	R\$ 5,36	R\$ 3.752,00
45	Aveia em flocos finos, embalagem com 500 g contendo todas as informações exigidas pela legislação. Reembaladas em fardos ou caixas. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	UN	300	R\$ 5,36	R\$ 1.608,00
47	Azeite de oliva extravirgem, acidez máxima 0,8%, prensado a frio, emb com 500ml.	UN	1500	R\$ 21,13	R\$ 31.695,00
69	Catchup de tomate, tradicional, embalagem com 200 g. Validade mínima na data de entrega de 6 meses.	UN	500	R\$ 1,44	R\$ 720,00
73	Coco ralado desidratado, sem adição de açúcar,	UN	500	R\$ 3,55	R\$ 1.775,00

	parcialmente desengordurado, embalagem com 100g. Validade mínima 6 meses na data de entrega.				
76	Ervilha em conserva; ervilha, água, sal e açúcar. Embalagem: deve estar intacta, resistente, vedada hermeticamente e limpa, acondicionada em latas de flandres com peso líquido de 3100kg e peso líquido drenado de 2kg, não apresentando ferrugem, amassamento, vazamento ou abaulamento	UN	400	R\$ 21,40	R\$ 8.560,00
77	Farinha de mandioca, torrada, tipo classe branca, tipo 1, embalagem com 1 kg. Validade mínima na data de entrega de 4 meses.	UN	1500	R\$ 6,03	R\$ 9.045,00
80	Farinha de tapioca pronta, embalagem com 500g. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	500	R\$ 4,61	R\$ 2.305,00
96	Gelatina sabor abacaxi, embalagem de 1 kg. Validade mínima na data de entrega de 6 meses.	UN	300	R\$ 12,49	R\$ 3.747,00
97	Gelatina sabor framboesa, embalagem de 1 kg. Validade mínima na data de entrega de 6 meses.	UN	300	R\$ 12,49	R\$ 3.747,00
103	Goiabada tablete, embalagem de 1,01kg.	UN	200	R\$ 9,31	R\$ 1.862,00
105	Granola, cereal preparado, grãos, aveia, banana, maçã e canela. Embalagem 200gr. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	600	R\$ 4,09	R\$ 2.454,00
107	Grão de bico, tipo 1, com validade mínima de seis meses na data de entrega, embalagem 500 g.	UN	600	R\$ 7,90	R\$ 4.740,00
112	Macarrão talharim, com ovos, embalagem 500 g. EMBALAGEM: deve estar intacta, bem vedada, com rótulo, identificação, informação nutricional, lote e validade	UN	500	R\$ 4,16	R\$ 2.080,00
115	Massa para lasanha, fresca, convencional, embalagem com 500g. ingredientes básicos: farinha de trigo especial, água, sal, ovos, fibra vegetal, vitamina c, beta caroteno equivalente a 2000-400 ui de vitamina a por kg. Contém conservante propionato de cálcio. Temperatura no recebimento inferior a 7°C ou conforme fabricante. Validade mínima de 3 meses na data de entrega.	UN	1000	R\$ 6,57	R\$ 6.570,00
120	Mel, 100% puro, embalagem 250g	UN	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
125	Molho de pimenta, embalagem 150ml. Validade mínima na data de entrega de 6 meses.	UN	500	R\$ 2,38	R\$ 1.190,00
129	Molho tipo shoyu tradicional, composto de água, sal, soja e milho fermentados, açúcar, vinagre, proteína vegetal hidrolisada de soja, corante caramelo iii, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico e conservador sorbato de potássio. Embalagem de 0,9 litros. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	UN	1500	R\$ 6,31	R\$ 9.465,00

138	Refrigerante de cola, bebida não alcoólica, não fermentada, e gaseificada, composto por água mineral gaseificada. Embalagem de 2 litros. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	1500	R\$ 4,23	R\$ 6.345,00
139	Refrigerante de guaraná dietético sem adição de açúcar, não fermentada e gaseificada, composto por água mineral gaseificada, suco natural concentrado de guaraná, aroma natural de guaraná. Embalagem de 2 litros. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	2000	R\$ 4,23	R\$ 8.460,00
143	Sal grosso tipo 1, com iodato de potássio e antiemectante ferrocianeto de sódio. Embalagem com 1 kg. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	300	R\$ 1,36	R\$ 408,00
146	Salsicha tipo hot dog, congelada, selada à vácuo, embalagem de até 3 kg. Reembalado em caixa de papelão cintada. Temperatura no recebimento igual ou inferior a - 12°C. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	UN	2000	R\$ 7,50	R\$ 15.000,00
147	Sardinha em óleo, lata de 125 g. sem molho.	UN	300	R\$ 3,93	R\$ 1.179,00
151	Suco de laranja integral, sem adição de água, açúcar ou conservantes. embalagem de 1 litro.(COTA RESERVADA A ME/EPP, CONFORME DECRETO 8.538/18, REFERENTE AO ITEM 150)	UN	3250	R\$ 8,63	R\$ 28.047,50
153	Suco de uva integral, sem adição de água, açúcar ou conservantes. embalagem de 1 litro.(COTA RESERVADA A ME/EPP, CONFORME DECRETO 8.538/18, REFERENTE AO ITEM 152)	UN	3250	R\$ 7,50	R\$ 24.375,00
157	Vinagre de maçã, embalagem com 750 ml. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	UN	500	R\$ 2,55	R\$ 1.275,00
159	Adoçante stévia cx c/ 50 sachês de 0,7g	UN	100	R\$ 11,24	R\$ 1.124,00
164	Farinha arroz, ingrediente farinha arroz, açúcar, vitaminas, sais minerais. Características adicionais contém glúten, embalagem de 400 g. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	150	R\$ 6,25	R\$ 937,50
168	Óleo vegetal comestível, óleo de soja, embalagem com 18 litros. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	300	R\$ 182,74	R\$ 54.822,00
169	Macarrão ESPAGUETE integral, com ovos, embalagem 500g. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	2000	R\$ 4,05	R\$ 8.100,00
170	Macarrão PARAFUSO integral, com ovos, embalagem 500g. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	UN	2000	R\$ 4,05	R\$ 8.100,00
TOTAL					R\$ 355.102,40

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do momento da assinatura deste Termo de Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 355.102,40 (trezentos e cinquenta e cinco mil, cento e dois reais e quarenta centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/07/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à

Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 001/120629
- II. Fonte de Recursos: 1000000000
- III. Programa de Trabalho: 168884
- IV. Elemento de Despesa: 339030
- V. Plano Interno: A0001720000
- VI. Nota de Empenho inicial: 2023NE001430

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Canoas, Seção Judiciária de Canoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Canoas, data da assinatura eletrônica.

PELA CONTRATANTE:

MARCOS PINHEIRO DE VASCONCELLOS Cel Int
Ordenador de Despesas do GAP-CO

PELA CONTRATADA:

FABIO DE ANDRADE LINASSI
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

RAMON AZEVEDO CORRÊA BARCELOS BRITO Cap Int
Agente de Controle Interno

RODRIGO NEUHAUS 3S TAR
Fiscal do Contrato



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	CONTRATO ASSINADO
Data/Hora de Criação:	22/08/2023 13:11:07
Páginas do Documento:	15
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	16
Hash MD5:	0f64b4528945284d06259844b72d8b97
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento RODRIGO NEUHAUS no dia 22/08/2023 às 10:15:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento JÓICE LUÍSA DO NASCIMENTO COSTELLA no dia 22/08/2023 às 13:47:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten RAFAEL COSTA BIERMANN no dia 22/08/2023 às 14:03:00 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel MARCOS PINHEIRO DE VASCONCELLOS no dia 22/08/2023 às 20:24:24 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO